

BAIXADA

Pobre, atrevido, independente — nº 4



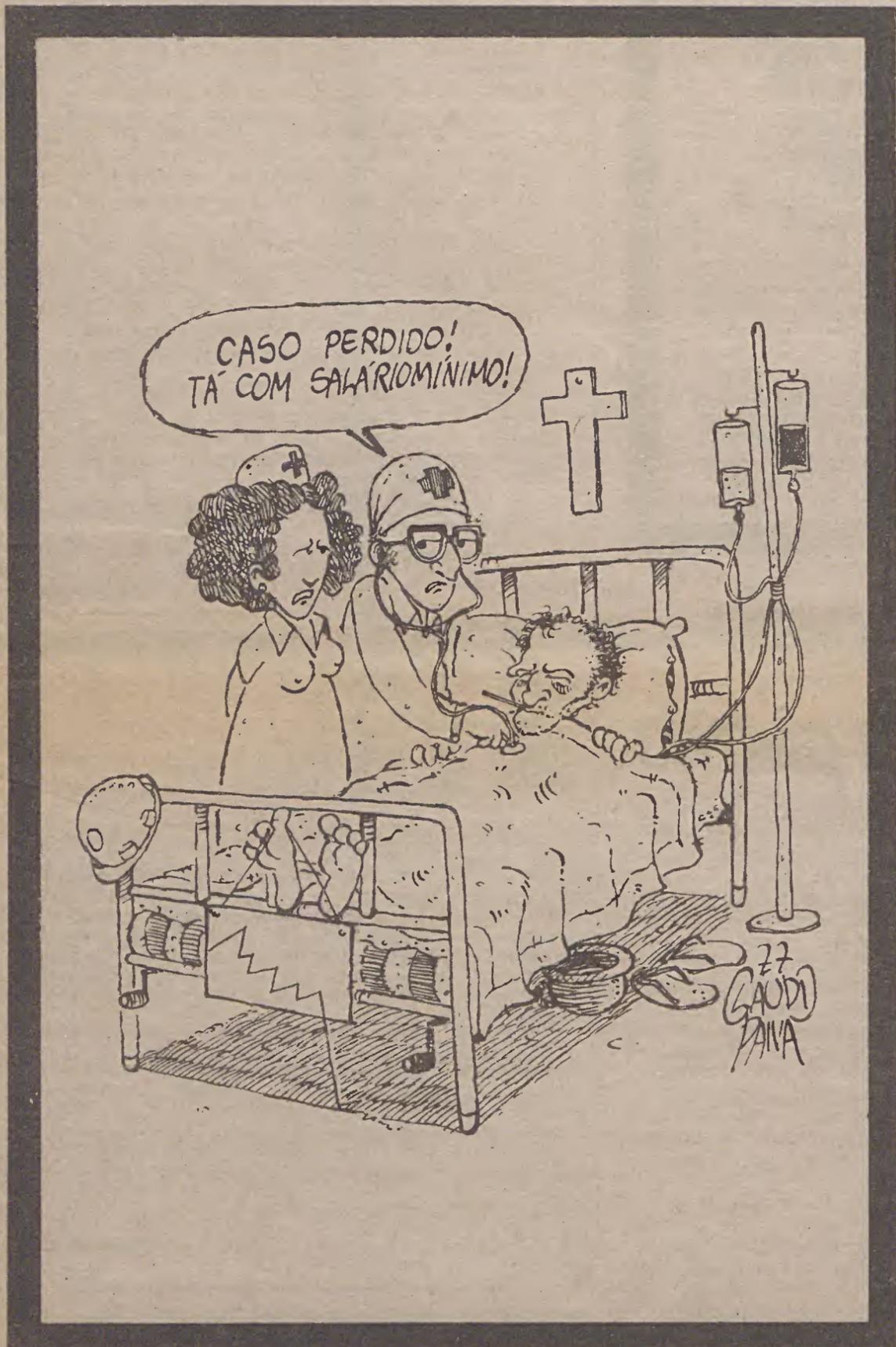
Chico Bé rindo à-toa: a greve funcionou.

Sendas ganhou dinheiro no cemitério de Venda Velha.

Chagas quer enrolar Professores

Bandido não entra mais no Jardim Paraíso

CUSTO DE VIDA MATA MAIS QUE O ESQUADRÃO



Proposta imoral

O que pretendem os que estão governando o país? Modificar a política dos salários. Em vez de reajustamentos anuais, reajustamentos semestrais. Este é o projeto de lei que o governo está querendo passar no Congresso Nacional em Brasília.

Será que podemos acreditar em governo que não foi o povo que escolheu? Governo que aceita como ministro aquele mesmo Delfim que, em 1973, deu o golpe mais forte no bolso do povo, transformando o número de 34 por cento de inflação em apenas 13%?

Na verdade, está não é a solução. O próprio Ministro do Trabalho reconhece que os reajustes semestrais aumentarão a rotatividade da mão-de-obra. Os patrões demitirão seus empregados, antes dos aumentos, admitir outros logo depois com salários mais baixos.

E não é só. Além dos índices que deverão ser únicos para todo o país, os empregados poderão barganhar um percentual a mais em relação à produtividade da empresa. O critério da produtividade por empresa é inaceitável, pois os trabalhadores jamais terão condições de acompanhar realmente e fiscalizar a veracidade dos dados que são fornecidos pela própria empresa.

diz o DIEESE paulista, órgão que assessora os Sindicatos nas negociações salariais. E Lula acrescenta: está medida "passa uma navalha no movimento sindical pois castra a mobilização".



A proposta do movimento sindical, defendida no Congresso Nacional por um grupo de deputados, é de aumentos trimestrais. Para pressionar o governo, as lideranças sindicais de vários estados do país, reunidos na cidade Ocean, no litoral paulista, está convocando todas as categorias de trabalhadores a fazerem mobilizações, em todas as cidades, contra o projeto do governo.



OLHO VIVO

Roubo na taxa escolar não parou.

Tem coisa que só acontece na Baixada. Por exemplo: a taxa escolar que os pais são obrigados a pagar para os filhos estudarem em escolas públicas. Nos bairros luxuosos do Rio de Janeiro, não tem disso. Mas na Baixada tem. Aliás, tinha. Depois da assembléia dos 3 mil (amigos de bairros), em Nova Iguaçu, em julho, e essa foi uma das reivindicações levadas pelos bairros ao prefeito Rui Queiroz, o problema começou a ser resolvido. O secretário de Educação, Arnaldo Niskier, reconheceu que a taxa escolar é ilegal. As escolas da Baixada foram avisadas para suspenderem a cobrança da taxa ilegal.

Essa, sem dúvida, foi uma grande vitória do Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu. Mas é preciso olho vivo porque algumas escolas ainda estão cobrando a taxa ilegal. Por exemplo: a Escola Dom Valmor, no Parque Flora, Nova Iguaçu. A diretora Dona Helena Moura chamou alunos da 1ª. série para advertir que os pais têm que ir à escola explicar porque não pagam a taxa escolar. Em três Corações, outro bairro de Nova Iguaçu, na escola municipal Dona Maria Justina, vários alunos tiveram suas cadernetas presas por não terem pago a taxa.

E a fiscalização, seu prefeito? E as outras escolas?

LÁ EM BAIXO

Hora extra de peão enche bolso do patrão

O professor Cesar Maia, economista da Universidade Federal Fluminense, estudioso do setor industrial, sabe porque as empresas conseguem aumentar a produção, sem empregar mais trabalhadores. É simples: fazendo mais horas extras. Os últimos números da produção industrial brasileira, baseados nas estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que as fábricas produziram mais nos primeiros sete meses do ano (de janeiro a agosto) e a oferta de emprego continuou a mesma.

"Se um empresário quiser atingir a massa de emprego", disse o professor Cesar Maia, "pode usar duas fórmulas. A primeira é a forma clássica: falência e dispensa de empregados. Reduz-se o volume de produção, mantendo a empresa em ponto de equilíbrio e forçando assim o processo de dispensas. O segundo jeito é um processo mais sofisticado. A empresa corta o mais que puder o

número de pessoas do quadro administrativo. Se precisar, cobre o buraco com horas extras".

Na fábrica, a empresa também toma providências: faz o equipamento produzir ao máximo. "Se a produtividade não pode ser aumentada porque a mão-de-obra tem uma capacidade determinada de rendimento, é só exigir mais horas extras".

Conclusão do professor: "É que aconteceu, sem dúvida, em São Paulo, quando a produção industrial cresceu 6% (em 78) e o nível de emprego não chegou a crescer 3%. E são números da FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) entidade patronal. A própria Ford disse que ficou surpreendida com o aumento da produtividade de sua mão-de-obra".

Um regime de produção com o equipamento no limite não pode durar muito tempo, explica o professor. "Quando a empresa adota um esquema assim precisa saber com que mão-de-obra vai contar. É necessário lotar

o quadro da empresa para cobrir férias, faltas, INPS. No período de 4 meses é possível fazer isto. O Departamento de Pessoal segura as férias, é bastante enérgico com os funcionários que faltam por doença, mesmo que tenham atestado do INPS. Quem falta é punido, a empresa corta possíveis vantagens ou chances de promoção. Passados três, quatro meses, no máximo, a empresa volta a empurrar mão-de-obra para o mercado de desempregados".

Esta é uma das causas da grande rotatividade da mão-de-obra industrial. A prática sempre foi adotada pela maioria das empresas e não se trata de um esquema de emergência. Até mesmo quando o governo quis reduzir o ritmo de produção industrial, os empresários chiaram dizendo que a economia estava em crise: as fábricas estariam produzindo menos. Não é verdade.



AGORA ESCREVO EU

Eu, morador da Baixada e leitor assíduo do JoB — Jornal da Baixada — quero parabenizá-los pela brilhante "Edição Extra" sobre a greve dos metalúrgicos.

Eu, como metalúrgico, e mais ou menos consciente das necessidades da classe, também estive nos trabalhos dos piquetes. Nós, que estávamos nos piquetes, vimos de tudo: patrão ficar nervoso, a polícia ser chamada para reprimir e até mesmo prender quem estava pacificamente levando pros outros companheiros desinformados a ciência da greve.

Na Fabrimar, por exemplo, desde alguns anos antes de 64, não parava. O pessoal nem pensava em greve. Lá foi o seguinte: os chefes de produção chegaram muito mais cedo, chamaram a polícia e

abriram os portões, dizendo pros empregados que estava tudo normal. Então, nós explicamos que estávamos de greve e que esta greve era para diminuir a covardia dos patrões e diminuir nossos sofrimentos. Ai o pessoal compreendeu e voltou pra casa. Na Gillete, o que eu tenho a dizer é só uma coisa: é pro pessoal lá continuar no mesmo nível de consciência e unidos. Lá ninguém deu trabalho.

Que vocês do JoB continuem assim, transmitindo as notícias como aconteceu para que a população da Baixada veja a importância desse jornal e contribua para que ele nunca deixe de existir.

Nelson Garcia.

OLHO VIVO



EDITORA

Jornal da Baixada
Uma publicação da Olho Vivo.
Av. N.S. das Graças, 138/305-S.J. de Meriti
CGC: 30.607.519/0001-01
Tiragem: 5.000 exemplares
Editor: Alceu Nogueira da Gama
Diagramação: Caco Appel
Colaboração: Demasi e Pimentel
Capa: Desenho de Cláudio Palva
Composto e Impresso na Editora Mory
Rua do Rezende, 65/67 — RJ.

GREVE DOS PROFESSORES TIROU MÁSCARA DE CHAGAS.

Clóvis Correia de Oliveira Filho, nasceu em São João de Meriti. Professor de História da Rede Particular e da Rede Oficial, 29 anos de idade, ele foi suspenso 30 dias no trabalho e respondeu a inquérito policial administrativo, punição relacionada com sua participação na greve dos professores no município. Clóvis é um dos responsáveis pelo CEP — Centro Estadual de Professores — de São João do Meriti, ainda em fase de estruturação.

Job: Como nasceu o CEP?

Clóvis: Começou com a SEP — Sociedade Estadual de Professores — há mais ou menos dois anos. Os professores do Rio e Niterói se encontraram para discutir a implantação da matéria de Estudos Sociais através de uma portaria do MEC. Esse encontro foi evoluindo e outros problemas da categoria foram sendo discutidos e o grupo sentiu a necessidade de formar uma entidade independente e representativa, uma vez que as entidades existentes — UPERJ (união dos professores) e ASPERJ (associação dos professores) — tinham funcionamento pouco atuante com relação às grandes questões de interesse dos professores. Recentemente, após a greve de março, já sob a orientação da SEP, houve a mobilização dos professores e se fez a fusão sob a direção da SEP com outras entidades (UPERJ e ASPEJ), organizando-se então o atual CEP.

Job: O que levou os professores à greve em março?

Clóvis: A greve de março teve as suas origens na insatisfação acumulada há anos pelos professores com relação à questão salarial e outras condições de trabalho. Durante todo esse tempo os professores aguardaram as inúmeras promessas feitas pela valorização da carreira do magistério, o Estatuto do magistério, o plano de cargos e vencimentos do



Governo Faria Lima. Soma-se ainda as diferenças existentes, dentro da própria categoria, entre professores do município do Rio e o restante do Estado, e entre professores contratados e professores efetivos. Essas foram as condições que mobilizaram o professorado em todo o Estado, através do SEP, e que resultou na deflagração da greve de março.

Job: Faça um balanço das duas greves deste ano.

Clóvis: No balanço geral das duas greves nós podemos identificar conquistas imediatas relacionadas com as condições de trabalho dos professores e conquistas de longo prazo. Estas últimas dizem respeito à mobilização dos professores após tantos anos de passividade, à elevação de sua consciência profissional e a necessidade de sua organização através de sua entidade. O CEP é uma forma de garantir a permanente defesa da categoria e a participação dela nas questões ligadas ao ensino em nosso Estado. Apesar de suspenso o seu registro e de ter suas portas lacradas por Decreto Presidencial, o CEP continuou a ser o porta-voz autêntico dos professores na greve de agosto.

Job: O que vocês acham que deveria ser feito para melhorar a qualidade de ensino na Baixada?

Clóvis: Antes de tudo, é necessário que os professores, como agentes diretos da educação, em permanente contato com a realidade, possam participar na elaboração das diretrizes da política educacional em nosso Estado. Além disso, existe a necessidade de se aplicar melhor as verbas no setor educacional a fim de ampliar a rede escolar e dotá-la de condições materiais mínimas como a existência de material didático-pedagógico e atividades extra-classe que contribuam para uma melhor aprendizagem. A maioria das escolas não possuem salas adequadas, nem material didático. Os alunos, em grande parte, são de famílias pobres, não têm recursos para a compra de material e muito menos para o pagamento da Taxa Escolar.

Job: Como vocês estão enfrentando a lei anti-greve?

Clóvis: Já na greve de março, os professores demonstraram que a legislação anti-greve, nas atividades ditas essenciais e nos serviços públicos, era incompatível com os interesses

dos trabalhadores. A declaração de ilegalidade do movimento foi superada pela legitimidade. Assim, ficou demonstrada a necessidade de mudar a ordem jurídica em relação aos trabalhadores, criada na ditadura de Vargas e revitalizada após 64.

Job: Quais os novos rumos do movimento dos professores?

Clóvis: Agora, os professores estão empenhados na reabertura do CEP e nas suspensões das punições a alguns colegas. O professorado, hoje mais consciente de seu valor e de seus direitos, deve garantir a existência e o funcionamento de sua entidade. Procurando associar-se, participando da organização dos núcleos municipais e zonais, mantendo-se informado ou procurando divulgar o funcionamento do CEP que deverá também desenvolver um trabalho com a comunidade, ampliando assim o seu conteúdo social.

Job: E o saldo da greve de agosto?

Clóvis: A principal revelação na greve de agosto foi o verdadeiro caráter do governo Chagas Freitas. O seu aspecto demagógico ficou claro quando elaborou um plano de vencimentos

procurando adiar para um futuro remoto a sua aplicação. Junte-se a isto a incessante manipulação estatística mostrada na grande imprensa a fim de enganar a opinião pública e assim procurar isolar os professores, manobra que não deu resultado. A população apoiou os professores. As medidas repressivas adotadas, inclusive a Lei de Segurança Nacional, demonstraram a farsa de um governo dito de oposição democrática. Além de desmascarar o governo Chagas Freitas, os professores conseguiram pressionar o Governo a pagar a regência de turma de difícil acesso a partir de agosto, prazo que ainda não tinha sido determinado. Conseguimos também, embora um tanto insuficiente, a regulamentação do enquadramento dos professores segundo a sua formação. E também uma comissão para estudar a situação dos professores conveniados do interior do Estado.

Job: Qual era a principal reivindicação da segunda greve?

Clóvis: Era o pagamento dos novos pisos. Mas pouca coisa de concreto foi conseguida. A não ser a declaração das autoridades de fazê-lo a partir de 1º de dezembro.

Job: Por quê?

Clóvis: Por razões internas do próprio movimento, fomos levados à suspensão da greve antes de se atingir este objetivo. Identificamos falhas na condução do movimento: as lideranças encaminharam em pleno pique da greve, na assembleia de 7 de agosto, uma proposta pessimista e desalentadora. A proposta foi derrotada, mas abalou o ânimo do professorado. E o fato da maioria dos núcleos zonais e municipais se encontrarem em fase de estruturação, segundo entendo, também dificultou uma melhor mobilização dos professores. Finalmente, a diferença do nível de consciência dos professores contribuiu negativamente no sentido de seguir uma orientação adotada para a greve: não comparecer às escolas e não assinar o ponto. Não podemos ignorar também que a intransigência e arbitrariedades cometidas contra os professores foram motivos importantes para que suspendêssemos a greve.

Ou todo mundo morre de fome, ou vai ter guerra

PRATO DE TODO DIA: ARROZ, FEIJÃO E QUALQUER COISA.

"Tenho quatro filhos e moro em casa própria, mas está em ponto de cair porque não tem dinheiro para consertar. Eu e meu marido trabalhamos, e ele está encostado no INPS há 14 anos, mas agora faz biscate. Juntos tiramos uns seis mil cruzeiros. Este é o depoimento de Maria Aparecida Feital Ramos, de Mesquita, Nova Iguaçu.

Só tem verdura se o marido fizer hora extra

Regina Dalva Freireira também mora no Jardim Guandú, Nova Iguaçu. O marido lhe dá 2.000 cruzeiros por mês para as compras. Isto é, 500,00 cruzeiros por semana. Esse dinheiro é gasto só no grosso: café, açúcar, arroz, feijão, cebola, macarrão, farinha, carne-seca. Verdura é extraordinário.

Quando o marido faz algum biscate ou umas horas-extras é que se come algum "extraordinário" na casa de dona Regina: meio quilo de carne, um peixe, uma verdura, ou coisa assim.

"A gente vai tapeando," diz d. Regina. "Por exemplo, se tiver pouca carne eu já não coloco no feijão. Ou então faço um angu bem molinho e pico bem aquele pedaço de lombinho que sobrou, misturo com um molho e boto ali em cima. Pronto. Aquilo já vale como carne, né?"

Só a reforma agrária vai baixar os preços

O sr. Oswaldo José Lourenço é o presidente da Associação dos Moradores da Vila Tiradentes, em São João de Meriti. Diz ele: "A luta contra a carestia é uma luta nacional, porque a carestia também é nacional. Ela atinge também o soldado, porque ele também é filho e pai. Ele também tem que lutar contra a carestia."

"Do governo nunca esperei nada, porque é essa estrutura que tem que mudar, porque no país quem manda são as multinacionais, principalmente de 64 para cá. O campo parou, e o campo é a mola mestra do abastecimento. A indústria não dá emprego para todos e são muitos os que vem do campo, que está abandonado pelo governo. Ai viram marginais porque não tem preparo e os empregos são poucos. Só a reforma agrária resolve o problema do custo de vida."

"É preciso dar um jeito nisso porque se continuar assim todo mundo vai morrer de fome ou vai ter uma guerra. No Rio de Janeiro vem muita gente de fora e então fica tudo mais caro. Cada dia a população aumenta mais e fica mais difícil arranjar emprego. O culpado é o governo. Eles dizem que tem a LBA (Legião Brasileira de Assistência) para ajudar, mas acontece que a LBA não dá

Caldo maggi e colorau para fingir que é molho

Dona Ivaniida Silva também mora no Jardim Guandú, em Nova Iguaçu. Seu marido é motorista e lhe dá 700,00 cruzeiros por semana para as compras. Com isso ela se vira para providenciar a comida e o que for necessário para os dois filhos.

"Se eu quero comprar mais barato, tenho que comprar farinha de saco. Porque os preços mudam só por causa da embalagem. Não dá pra comprar fruta, mas compro um quilo de biscoito por semana."

Dá para economizar no alho. Amasso bem no pilão, misturando com sal e então já dá para aquele gostinho. Mas tomate, quando está caro, tem que tapar. A gente compra caldo "maggi", mistura com colorau e fica aquele molho vermelho que parece de tomate. Dá pra tapear. Ou então compro um tomate e corto ele bem fininho, também só pra tapear."

"Uma galinha dura três dias. Separo uns pedacinhos pra cozinhar no jantar de sábado, outros pedacinhos para o domingo e na segunda ainda tem uns pedacinhos. Isso não é comer galinha, né? É só comer uns pedacinhos."

Gente que vai na feira e não compra: olha só.

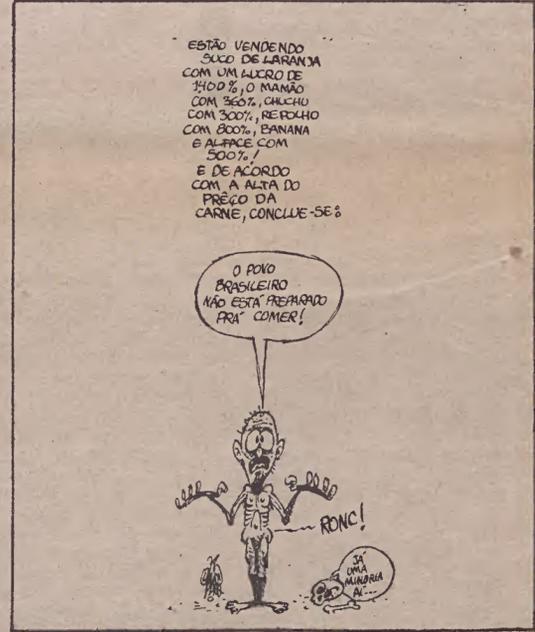
Dona Lourdes é moradora do Jacarezinho. Ela acha que existem muitos motivos para a alta do custo de vida. "O povo não tem a quem recorrer e o dinheiro do salário não dá. Para quem ganha até três salários mínimos não dá mesmo. Só o aluguel de um quarto é mil ou mil e quinhentos cruzeiros. Eu já vivi um punhado de anos, de janeiro a dezembro, e a coisa não muda."

"Onde vai parar tudo isso? Só quando estourar a bomba atômica que a mata quase tudo e talvez possa consertar." Às vezes vou fazer compra com 500,00 cruzeiros e não dá pra nada. Eu só tenho dois filhos mas olho e vejo pessoas que vão comprar com duzentos, cem cruzeiros e muitas vezes para uma família de seis,

vida está pela hora da morte. No Brasil, esta expressão não pode nem mais ser usada. Remédios caros, médicos exploradores, INPS que não funciona e a conta da funerária, que hoje é apenas o ponto final dos gastos, sempre maiores do que o salário. Isto, é claro, vale para quem trabalha. Quem vive do trabalho dos outros vê a coisa diferente. Diverte-se, de barriga cheia, assistindo na TV a luta da "poupança" contra a "gastança".

Na Baixada Fluminense a situação é dura. Tão dura que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não teve coragem de divulgar uma pesquisa feita há alguns anos aqui na região porque soube de pessoas comendo ratos, terra e outras porcarias. Tudo ficou bem escondido nas gavetas.

Não é preciso nenhuma pesquisa para se saber que a coisa anda mal. Em cada lar, as donas-de-casa têm que se virar para fazer o milagre de alimentar marido e filhos sem dinheiro. Diz dona Maria de Lourdes Almeida, do bairro Santo Antonio, em Caxias: "Aqui, quem ganha salário mínimo não vive, vegeta. Porque o pessoal só



oito ou mais pessoas. Esse pessoal não pode nem comprar nem comer. Só olhar."

Nem medindo a farinha e o fubá a gente aguenta

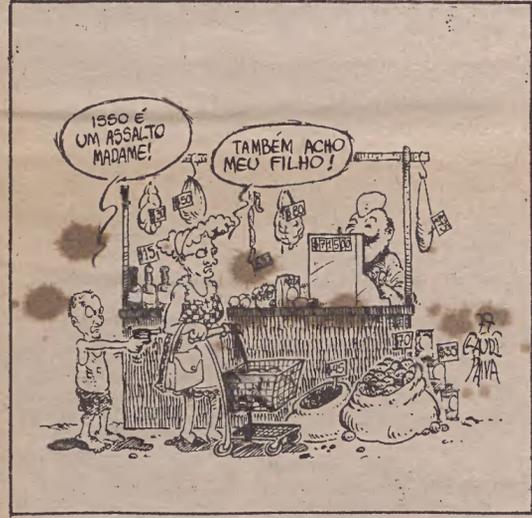
"Nós temos nove filhos, mas duas filhas já estão

vive mendigando. Na minha porta passam crianças com sacolas e latinhas pedindo auxílio porque não tem condições de viver."

E o governo não faz nada de prático. Figueiredo vai na feira e acha tudo tão bom, uma maravilha. Delfim Netto diz que a culpa é dos intermediários. Esquece de dizer que na base do salário-mínimo, como ou sem intermediário, não se pode comprar comida.

Mas, ainda assim, o povo vive — ou vegeta. Moradores da Baixada Fluminense falaram para nossos repórteres sobre o custo de vida. Como é que o povo da Baixada se vira para colocar alguma coisa na panela, vestir e educar os filhos, transportar-se para o trabalho e ter um lugar para morar.

Entrevistamos dona Maria de Lourdes Almeida, do bairro Santo Antônio, próximo da Fiat, em Caxias; sr. Oswaldo José Lourenço, presidente da Associação dos Moradores de Vila Tiradentes, em S. João de Meriti; dona Lourdes, moradora de Jacarezinho; dona Maria Aparecida Feital Ramos, de Mesquita; dona Ivaniida Silva e dona Regina Dalva Ferreira, ambas do Jardim Guandú, em Nova Iguaçu.



piorou muito mesmo. A alta do custo de vida com relação ao salário não tem mais jeito: de se medir as coisas. Lá no interior o povo diz que quando a coisa está muito ruim a gente tem que medir a farinha e o fubá. Aqui nem medindo a farinha e o fubá a coisa tá dando."

"No nosso caso o dinheiro não dá. Definitivamente. Então tem que encontrar alguém que vende fiado. Se você compra hoje, paga na semana que vem. Na semana que vem vai comprar mas fica devendo uma semana na casa. É a única maneira que ainda se vive. E remédio, livros, roupa, tudo tem que ser à vista."

"Lá em casa não dá pra comer carne todo dia. Nem toda semana. Se der pra

mente não ajudam não. Eles vendem caro demais. Dizem que vendem caro porque vendem a crédito para receber no próximo mês. Se no próximo mês o quilo de arroz que eles vão comprar custa 20,00 cruzeiros eles não podem vender a 15,00 cruzeiros, que é o que custa hoje. Eles dizem que só podem vender no preço que vão pagar no mês que vem."

"A transa desses comerciantes, é assim. Você compra o arroz num armazém a 18,00 cruzeiros, no outro é 20,00 cruzeiros. Naquele armazém onde o arroz é mais barato, o óleo é mais caro. A mercadoria nunca é o mesmo preço em todos os armazéns."

Grupo de compras divide a conta do armazém

Desde março de 1978 que cerca de dez famílias moradoras dos bairros **Fraternidade, Posse e Califórnia**, em Nova Iguaçu, estão experimentando uma forma de diminuir o gasto com alimentação através de um grupo de compras coletivo.

A idéia surgiu quando se debateu o assunto do custo de vida num grupo de discussão do Evangelho. Lá se comentou sobre experiências semelhantes que estavam sendo feitas em São Paulo e Belo Horizonte. A partir daí se decidiu tentar a experiência.

Os objetivos do grupo de compras são economizar, discutir sobre a alta do custo de vida reunir para um trabalho comum outras pessoas que não fossem da Igreja Católica.

O grupo se reúne de quinze em quinze dias. Na primeira parte da reunião eles fazem a lista das compras, pagam as cotas e acertam os problemas práticos. Depois, na segunda parte, discutem os problemas dos custos de vida.

As compras são feitas a cada quinze dias porque não foi possível reunir dinheiro para fazer compras mensais. O grupo é todo de assalariados: metalúrgicos, trabalhadores na construção civil, fumageiros, professores e funcionários públicos.

Foram feitos vários levantamentos para ver os preços dos armazéns. Um dos armazéns se comprometeu a vender os produtos por

preços nunca superiores aos dos mercados e, em alguns casos, a preço mais baixos. Mesmo com esse compromisso o grupo sempre faz um levantamento para ver se os preços do armazém se mantêm no nível prometido. Eles haviam pensado em fazer as compras na Cobal, mas lá só vendem os produtos populares se comprarem outras mercadorias a preço mais caro.

Para fazer as compras todos os membros do grupo instituíram uma caixinha. O que sobra da compra de cada casal não é devolvido. Guarda-se na caixinha. Quando o casal precisa fazer compras já tem uma reserva em caixa. Quando a situação melhora esse dinheiro é reposto.

Cada vez que há um aumento grande no preço de qualquer produto isto é discutido. O grupo trás para debate recortes de jornais e notícias de rádio. Uma das discussões mais importantes do grupo foi a avaliação da influência das greves sobre o custo de vida. Todos acharam que as greves não afetam a subida dos preços.

As tarefas são divididas: um cuida da caixinha, outro faz a lista, as compras são distribuídas e a lista é entregue no armazém.

Matemática do Governo só vê o lado do patrão

Nossos entrevistados vivem um problema básico: falta de dinheiro para comprar as coisas necessárias a uma vida decente e digna.

No entanto, as autoridades governamentais desfiaram uma série de respostas para o problema do custo de vida que estão bem longe do que sentem os moradores da Baixada. O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, por exemplo, diz que não se pode aumentar muito os salários porque isso provoca inflação e os preços continuam subindo.

Será verdade? Em primeiro lugar, vejamos o problema dos intermediários. Como diz o sr. Oswaldo, o campo está abandonado. É uma verdade: o agricultor não tem créditos, o sistema de transportes é ruim, os adubos e remédios são caros. E, principalmente, os camponeses que produzem

comida estão constantemente ameaçados de expulsão de suas terras. Aqui mesmo na Baixada Fluminense, nas portas do Rio, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão do governo encarregado de fazer a Reforma Agrária devolveu as terras da fazenda Capivari, expropriada antes de 1964, a seus antigos donos. E assim se coloca a possibilidade de expulsão dos camponeses que estavam lá produzindo.

A situação se repete em todo o Brasil. A grilagem expulsa os camponeses, e quem recebe apoio do governo são os grandes fazendeiros. Por isto, a comida é cara. Nem todos que poderiam produzir para levar ao mercado tem condições de fazê-lo.

O produto dos lavradores é transportado ao mercado por camioneiros e vendido por comerciantes. Todos os comerciantes são ladrões? Ou será que o ministro Delfim Netto acha que todo mundo trabalha a semana inteira, de sol a sol, o lavrador ainda pode transportar e vender nas feiras o que produziu?

Carreteiros e comerciantes são necessários. Se alguns roubam, não quer dizer que todos sejam desonestos. Perseguir comerciante não vai resolver o problema do custo de vida. O caso é outro: Salários baixos.

Todos os trabalhadores sabem, por sua própria experiência, que os salários de hoje não compram a mesma coisa que compravam a cinco ou dez anos atrás. O salário, portanto, diminuiu, mesmo que hoje tenha números maiores.

Patrões e governo dizem que não podem aumentar os salários porque os preços sobem junto. É claro, correto. Mas isto é verdade porque os patrões e o governo controlam os preços.

Se os salários aumentassem, sem que os preços também subissem, os lucros dos patrões diminuiriam. E aí é que está o problema. Os patrões não querem que o lucro diminua. Então, aumentam os preços, e desvalorizam o salário.

A solução, portanto, é conseguir que os salários aumentem, e os preços não. Isto é, que diminuam os lucros dos patrões.

Nos últimos dois anos os trabalhadores têm conseguido um pequeno avanço com as greves e as campanhas salariais bem sucedidas. Mas falta muito ainda. Falta muito para compensar o que foi perdido. Falta muito para que se possa comer, vestir, morar, estudar, ter saúde, divertir-se.

Sem esgoto nariz não aguenta.

Santo Elias, em Mesquita, Nova Iguaçu, é como a maioria dos bairros da Baixada: não tem esgoto, nem calçamento, nem iluminação, nem água encanada, nem assistência médica.

"Não tem nem farmácia no bairro, só em Banco de Areia. Eu acho que o pessoal tem medo de colocar uma farmácia aqui, por causa dos assaltos" — é o que diz dona Maria João de Medeiros, moradora há 10 anos em Santo Elias. São quase 30 mil habitantes que vivem carentes de serviços públicos: "É muita gente pra tanto desprovimento", protesta Dona Maria. "E nas promessas de políticos, o pessoal não acredita mais.

Políticos só aparecem na hora das eleições. Depois, eles desaparecem."

Os moradores de Santo Elias resolveram se unir mais uma vez para fazer frente à situação de abandono do bairro. Fundaram, este ano, a Associação de Moradores de Santo Elias e Adjacências. No dia 2 de setembro reuniram quase 100 moradores na sua 3ª Assembléia geral para discutir o problema dos esgotos, um dos principais problemas do bairro. A prefeitura prometeu começar as obras no dia 15 de novembro. O objetivo principal da assembléia foi o de organizar o bairro para exigir que as obras comecem a ser na data marcada, sem adiantamentos.

Horror, Sendas negocia cemitério de Venda Velha.

O povo do bairro de Venda Velha, São João do Meriti, se reuniu no dia 25 de agosto em ato público de denúncia e protesto contra a construção de um cemitério municipal bem no centro do bairro, prejudicando a população. O ato público foi promovido pelo Grupo Pró-Melhoramentos de Venda Velha e Vila Cagy e pela Comissão da Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu. Foi afirmado um palanque na porta do cemitério e dali discursaram para os moradores do bairro, vários representantes de entidades como a Comissão Justiça e Paz, a Pastoral Operária, o Movimento Amigos de Bairro, além de um representante de Dom Adriano, bispo de Nova Iguaçu.

O ex-prefeito Dinazio Afonso comentava com amigos a negociata feita com o terreno do cemitério. Dizia ele que o local previsto para a construção do cemitério, em terrenos inaproveitados afastados do bairro, foi cedido pelo atual prefeito, Celestino Cabral, para as Casas Sendas que possui enorme quantidade de terras próximas dali e onde se situam muitos de seus armazéns. Para a construção do cemitério, o Prefeito destinou a área prevista para ser a praça principal do bairro. A troca de terrenos, além de prejudicial aos interesses mais elementares da população do

bairro, mostra uma série de irregularidades administrativas.

Projetado no lugar da praça, no centro do bairro, a construção do cemitério elevou o nível do terreno, represando as águas servidas e os esgotos. Quando estiver funcionando, o cemitério contaminará os poços que dão água à população que reside ali perto.

Como tantos outros bairros, Venda Velha só tem acesso a uma escola pública, no Vale da Simpatia, e de lá dependem cinco bairros. Não há asfalto nas ruas. "O que temos é lama, poeira, mato, lixo e valas", diz uma moradora que assistiu à concentração. Só há uma linha de ônibus, explorada por uma única empresa — Beira Mar — com os carros caindo aos pedaços. A iluminação pública que foi conseguida através dos próprios moradores, nunca tem suas lâmpadas trocadas. Quando queimam, são substituídas pelos próprios moradores, se não quiserem ficar no escuro.

Como protestam os moradores: "Já estão nos enterrando vivos, sem luz, água, esgoto, transporte, telefone, calçamento, escola, assistência média, praça pública. Só faltava mesmo esse cemitério para completar o enterro".

Povo expulsa bandidos do Paraíso.

Em abril deste ano, na Sexta-Feira Santa, dez casas foram arrombadas e assaltadas no Jardim Paraíso, Nova Iguaçu. No dia seguinte, os moradores se reuniram e foram chamar a polícia, no Posto Policial de Cabuçú. Quando chegou no Jardim Paraíso, a polícia prendeu o chefe dos bandidos, alguns metros mais adiante, soltou o ladrão. Ele voltou, ameaçou o pessoal, dizendo que ia matar e seqüestrar quem deu parte dele à polícia.

O pessoal do bairro não desistiu. Reuniram-se de novo e foram pedir reforço no 20º Batalhão da PM, em Queimados. De lá, vieram quinze PM e prenderam um dos marginais. Uma semana depois, outro marginal do bando foi preso pelos moradores do bairro e entregue à Radio Patrulha. Mas a população do Jardim Paraíso queria expulsar toda a quadrilha. Batiam na porta da casa do chefe e diziam: "Olha, já pegamos um de vocês, amarramos e entregamos para a Patrulhinha. Se a gente pegar o Jorge — o chefe —, a gente mata".

Somente assim, o chefe e os outros assaltantes do bando fugiram de uma vez. A paz voltou ao Jardim Paraíso.

Jardim Paraíso: Durante 9 anos, funcionou no bairro a linha Jardim Paraíso — Campo Grande, da Empresa Ponte Coberta. Em outubro de 1978, a empresa resolveu estender a linha até Cabuçú, alegando que não havia passageiros suficientes na linha antiga. E passou a cobrar a passagem inteira, não existe meia passagem.

Por isto, muitas crianças do bairro estão deixando de estudar. A escola primária do bairro não comporta todas as crianças e quem vai estudar em Campo Grande está pagando 17,40 cruzeiros ida e volta.

Como a maioria das famílias do bairro ganha pouco mais do que o salário mínimo, fica impossível pagar a passagem dos filhos.

O Departamento de Transportes Coletivos (DTC) colocou um ônibus na parte da manhã, cobrando meia passagem. Mas isto não soluciona o problema do bairro porque muitas crianças estudam à tarde e os



moradores do bairro não querem pagar uma passagem inteira quando viajam a metado do trajeto. Eles querem a volta da antiga linha Paraíso-Campo Grande.

21 de Abril: No bairro 21 de Abril — Duque de Caxias — queriam trocar a rede de água. A antiga é velha, não deixava a água subir até as casas e arrebentava os carros quando a água era ligada com mais força. Depois de muitas reclamações, sem resultado, o Centro de Melhoramentos 21 de Abril fez um abaixo-assinado com 600 assinaturas. E assim conseguiram que a rede antiga fosse trocada por uma rede nova, mais resistente.

E foi também com um abaixo-assinado que uma comissão do Centro de Melhoramentos voltou ao CEDAE, exigindo providências em relação ao manobreiro d'água. O comissão foi atendida.

Este ano, em agosto, outra comissão do Centro de Melhoramentos foi até a prefeitura de Duque de Caxias exigir 80 metros de manilha para ser colocada na rua 13 de maio. A vala que ali existe é foco de mosquitos e fica bem perto do portão da escola. Os alunos correm o risco de cair lá dentro. Outra vitória.

Diz um membro do Centro de Melhoramentos 21 de Abril: "Isso prova que as

autoridades estão ficando boazinhas? Não. Mas prova que só com a organização dos moradores é que conseguimos melhorias para os nossos bairros".

Trevo São João: A União dos Moradores do Trevo — em vista de tantos problemas do bairro, resolveram concentrar a luta primeiro no saneamento e calçamento das ruas. Em maio de 1979, um grupo de moradores foi levar o abaixo-assinado do bairro à Câmara. "Chegando lá — diz o manifesto distribuído no bairro — fomos impedidos de ler nossas reivindicações porque o regimento não permitia. O presidente da Câmara, pelo mesmo motivo, não podia ler. Devíamos, segundo um vereador, entregar nosso texto para um deles, quer dizer, arranjar um padrinho, o que não queremos... Quando fomos ouvir o que discutiam esses senhores na Casa que devia ser nossa, mas onde nem podemos falar, o que vimos e ouvimos? Os vereadores discutiam a campanha do Flamengo, para saber se levavam propostas de um ofício de elogios pelas vitórias..." A União dos Moradores do Trevo agora prepara uma nova volta à Câmara para entregar o abaixo-assinado.

Cabuçú: O Transporte Nossa Senhora da Glória, Mangaratiba e Viação Ponta Coberta, as únicas empresas que atendem à população que mora ao longo da importante Estrada de Madureira, pertencem, direta ou diretamente, ao senhor Nandinho, conhecido pelo pessoal de Nova Iguaçu como "o insaciável".

Este ano as passagens da Linha Lagoinha — Nova Iguaçu, da empresa Nossa Senhora da Glória, estão custando 6,50 cruzeiros. Isto é: foram aumentadas em 70%, com o agravante de cobrar o mesmo preço, ainda se o percurso for de poucos metros.

Mas isso não é tudo: os horários das saídas dos ônibus são arranjados para que uma parte do pessoal pegue os ônibus da linha Mangaratiba que pertencem ao mesmo senhor Nandinho. E as passagens dessa linha são bem mais caras: 9 cruzeiros.

ANALFABETO ROUBA PARA VIVER

Nóbrega é bombeiro hidráulico, contratado pelo serviço público federal, morador de Olinda, Nilópolis. "Mas sou também biscateiro — diz ele — por necessidade, por causa da miséria desse salário. Eu queria mudar de emprego, mas quando o cara não tem instrução, tá perdido. Até para trabalhar em obra, agora é preciso ter curso primário, com a tal lei do Castelo Branco. Eu nem podia tá aqui trabalhando

porque não tenho o curso primário."

"Depois, a gente vê aí esse tanto de assalto" — continua ele. "As vezes, pra falar verdade, tem muita gente que acha que é melhor rodar um revolver no dedo do que enfrentar uma obra pra ganhar a miséria que ganha. Muito indivíduo aí que não tem instrução, não encontra trabalho, não tem saída. O jeito é roubar. Rouba pra viver."

Povo fala



FALSO FISCAL METE A MÃO NA GRANA.

Dona Terezinha, do Jardim Glúcia, — Nova Iguaçu — avisa: "Olho vivo, pessoal, tem assaltantes por aí, dizendo-se "fiscais" da Prefeitura e apresentando inclusive documento.

Eles já apareceram pelo Jardim Bom Pastor, Redentor e outros."

Ela explica como eles agem: "Chegaram na casa de Seu João, pedreiro, e apresentaram uma folha de

papel, dizendo que se ele não legalizasse sua casa dentro de 10 dias, teria que pagar Cr\$ 5.200,00 cruzeiros. Desesperado, ele disse à mulher que respondesse ao fiscal: fizesse o que quisesse pois ele não podia pagar. Quando a mulher deu o recado ao fiscal, ele rasgou a intimação e lavrou outra de Cr\$ 2.200,00 cruzeiros.

Mas o bairro reagiu: "Durante estes acontecimentos, os Amigos do Bairro fizeram várias reuniões, procuraram se informar da lei e começaram a desmascarar os assaltantes com documentos e tudo."

BAIXO ASTRAL

Professor Dementel



O professor Dementel também está em greve. Enquanto os astros não garantirem um astral melhor para essas bandas, estão suspensas as análises dos signos que vínhamos fazendo. Entretanto, para não deixar os leitores na mão (greve de horoscopista é como de médico, sempre tem um de plantão), o horoscopista de plantão respondeu algumas consultas de leitores, que seguem abaixo. Desculpem a falta de prática do colunista substituto e a falta de dinheiro dos consulentes.

ILUMINADA SEM RUMO

— Sou operária, trabalho oito horas por dia, ganhando o salário, mas nunca reclamei. De repente, comecei a sentir umas coisas estranhas... uma vontade danada de entrar em greve. O que está acontecendo comigo, Prof. Dementel? O que os astros podem fazer por mim?

— Os astros, nada, minha filha. Procure o seu sindicato. Quanto a isso de sentir umas coisas estranhas, é o caso de muita gente. Procure se informar com as suas colegas.

TOURO SENTADO

— Prof. Dementel: sou Capricórnio e minha mulher é de Virgem. Acontece que o meu patrão é touro e, pelo que andei sabendo, o signo dela combina mais com o dele. E pelo que andei vendo, o Touro sem-vergonha anda de galanteios astrais para cima da minha mulher. E daí, como é que eu fico?

— Eu acho que você deve ficar mais em casa. Fazer uma grevezinha com a mulher não é nada legal. É ilegal. Quanto ao seu patrão, comece a tomar mais cuidado ainda com ele. Senão, além de ser explorado, você é que vai virar "Touro", com chifre e tudo.

DURO EM DÚVIDA

— Prof. Dementel: o meu dinheiro não dá.

— Nem o meu.

AMADA SEM RAZÃO

— Prof. Dementel: eu me apaixonei por um lindo rapaz, que trabalha na mesma fábrica que eu. Acontece que o meu amado furou a nossa última greve. Gostaria de um conselho.

— Você ainda quer um conselho? Olha, minha filha, você já ganha pouco, dá um duro danado e, ainda por cima, vai querer um marido fura-greve? Você não acha que é desgraça de mais?

FURADO E MAL PAGO

— O que está acontecendo comigo, Prof. Dementel?

— Você ainda não sabe? Enfie a mão no bolso e descubra o que está acontecendo com ele. É o mesmo que está acontecendo com você.

Sufoco no ônibus, 12 horas de roleta.

Seu José trabalha na empresa de ônibus Santa Eugênia, em Nova Iguaçu. Ele é quem conta que não só para os passageiros, a coisa anda preta: os empregados das empresas de ônibus da Baixada também comem o pão que o diabo amassou".

"Pra começar — conta ele — a escala de trabalho dos motoristas, cobradores e despachantes é de 24 por 24 horas. O indivíduo que pega às 12 horas de hoje, largará às 12 de amanhã. Os empregados são obrigados a dormir na garagem, nos bancos empoeirados do ônibus,

porque a empresa não tem dormitório. O horário de trabalho é 12 horas por dia, sem folga. As 4 horas que se trabalha a mais, não são pagas porque os patrões alegam que os empregados dormem na garagem."

Além disso, a empresa também não indeniza o empregado acidentado em trabalho, e ainda corta o "prêmio" dos cobra-

dores e motoristas, por qualquer motivo. "Se o cobrador deixa algum passageiro pular a roleta — diz Seu José — se deixa alguém escapar pela porta traseira, se chega com um sapato diferente, tudo é motivo para se retirar o prêmio. Todas as faltas cometidas são apontadas pelo "secreto", outro tipo de trabalhador que ganha mais do que qualquer outro empregado"

Santa Amélia bebe água de defunto

Santa Amélia — Nova Iguaçu — é um bairro conhecido pela alto índice de marginalidade: é grande o número de assaltos. Também pudera: o bairro não tem iluminação nas ruas, nenhuma espécie de policiamento. Os moradores, assustados com o número crescente dos assaltos, estavam pensando em organizar o policiamento das ruas. Mas os próprios moradores vigiariam o bairro, sem ajuda da polícia.

Mas as dificuldades não param aí. Grande parte do bairro não tem água canalizada, assim é obrigado a utilizar água de poço. Só que perto de Santa Amélia num lugar conhecido como Solidão, tem um cemitério no alto do morro. A população que mora por ali se abastece de água de poço que talvez seja contaminada.

Além disso, não existe

calçamento nas ruas. Esgôto? Só nas ruas principais. O carro de lixo da prefeitura passa apenas uma vez por semana: os moradores são obrigados a jogar os detritos em terrenos baldios ou juntar a sujeira em casa até que o carro apareça.

Santa Amélia não tem nenhuma área de lazer, nem praças de esportes, nem clubes. As crianças brincam no meio da lama e do lixo. E, n.º entanto, existem grande número de terrenos baldios que poderiam ser cedidos pela prefeitura para a construção de áreas de recreação.

O bairro só tem uma linha de ônibus para o centro que cobra 12.00 cruzeiros pela passagem. Diz uma moradora: "Por que as passagens da cidade do Rio são bem mais baratas se é aqui que vive a grande maioria que recebe o salário mínimo? Quem pode entender uma coisa dessas?"

AV. JOAQUIM DE CAIXIAS, 89 - CENTRO - FORTIS

Tel. 771-7074



ARREBITE



*Pimentel avisa:
a briga
continua.*

Oswaldo Pimentel, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro faz o balanço da greve: "A greve foi um movimento vitorioso e a categoria saiu de cabeça erguida. De um lado, ficou evidente a intransigência patronal — insistindo em não ceder em pontos importantes para a categoria — o processo sumário de julgamento do dissídio, a ameaça de intervenção e a repressão aos piquetes. De outro, a decisão e firmeza de milhares de metalúrgicos que se uniram em defesa de seus interesses.

Apesar de não termos conseguido a vitória em todos os pontos da minuta, o balanço final é de que a greve foi realmente vitoriosa."

Pimentel destacou três pontos importantes no balanço da greve: "Primeiro, a unidade da classe. Paralisamos 90% das fábricas no 1º dia de greve. Segundo, a democracia nas assembleias e na condução do movimento. Houve inteira liberdade de expressão. E, apesar das lideranças, em alguns momentos, divergirem, todos puderam expressar seus pontos de vista. As decisões foram por votação e a diretoria assumiu todas as decisões das assembleias gerais"

Quanto aos problemas encontrados na condução da greve, Pimentel considera que "as deficiências foram naturais, por causa da nossa inexperiência em atividade grevista dessa envergadura. Tivemos várias falhas na coordenação, na falta de informação, na alimentação dos piquetes. Outra dificuldade foi o isolamento no qual o movimento metalúrgico ficou. Apesar da importância e da amplitude da greve, a repercussão e o apoio não foram realmente o esperado. Algumas entidades realmente auxiliaram o movimento dos metalúrgicos. Mas posso dizer que de alguns setores, não quero citar nomes, o apoio e a solidariedade foram realmente decepcionantes."

O acordo deverá ser assinado, garantindo o aumento de 57 a 75%, o piso de 3.900 e o adicional de insalubridade sobre o piso. As empresas estão demitindo, sem honrar a palavra empenhada, mas o Departamento Jurídico do Sindicato está atuando para exigir o cumprimento das leis e do acordo.

E Pimentel ainda concluiu: "Nossa luta continua. Todos os ativistas e diretores estão unidos na continuação do trabalho de fortalecimento do sindicato. Vamos criar as delegacias por área e ampliar o trabalho de sindicalização. A nossa proposta é de continuar a luta defendendo intransigentemente os nossos direitos."

**Ferroviário
quer sindicato
na linha**

Os ferroviários da Central do Brasil que hoje é uma divisão da Rede Ferroviária Federal — terão este ano a oportunidade de retomar a tradição da antiga Associação dos Ferroviários daquela estrada de ferro, elegendo para o sindicato uma chapa de oposição, encabeçada por Carlos José de Souza.

A Central do Brasil soma cinquenta mil trabalhadores distribuídos por três Estados — Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais mas só vinte mil são sindicalizados. Isto porque os trabalhadores da Central que podem ser sindicalizados são aqueles regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) enquanto a maioria dos trabalhadores até 1966, era regida pelo Estatuto dos Funcionários Públicos. Por esta razão não podiam ser sindicalizados e faziam parte da Associação dos Ferroviários da Central do Brasil, entidade que funcionava como um sindicato, embora não fosse reconhecida.

A Associação dos Ferroviários foi de grande importância no movimento sindical antes de 1964, dirigindo várias greves e mantendo alto os níveis dos salários dos ferroviários. Depois de 1964 sua direção foi desmantelada e a Associação sofreu intervenção. Mais importante ainda foi todo o trabalho feito pela direção da empresa, que procurou acabar com os trabalhadores "estatutários", aqueles que eram funcionários públicos.

Eles tinham uma série de vantagens e não podiam ser demitidos com facilidade.

Hoje, a Rede Ferroviária Federal e a Estrada de Ferro Central do Brasil emprega a maioria de trabalhadores regidos pela CLT. Mas o sindicato está longe da importância que conquistou a antiga Associação dos Ferroviários.

Na opinião de Carlos de Souza isto se deve à inatividade da atual diretoria: seus membros se revesam nos cargos há doze anos. São eles também que controlam a Federação dos Ferroviários.

O programa da chapa de Oposição do Sindicato dos Ferroviários da Central apresenta como ponto principal a questão da Classificação de Cargos dos ferroviários. Como sindicato é de uma única empresa, — a dos

trabalhadores da Central — a chapa de oposição resume suas reivindicações no Plano de Classificação. E justamente para que a Central manipule para diminuir os salários reais, impedir a ascensão funcional e dividir os trabalhadores. Carlos de Souza disse ainda que o atual Plano de Classificação de Cargos impede que haja uma verdadeira "carreira ferroviária", pois está cheio de "buracos" que impedem que os trabalhadores passem de uma categoria para outra. Renegociar o Plano de Classificação de Cargos é um ponto fundamental para que os ferroviários recuperem seus salários, que vêm se deteriorando desde 1964.

Além disso, a Oposição Ferroviária quer transferir a sede do sindicato para Marechal Hermes, local de maior concentração de trabalhadores da Central, e onde hoje não existe nem uma delegacia sindical. Outra preocupação é o da fusão com o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina. A lei não permite o funcionamento de dois sindicatos da mesma categoria numa só base territorial, como é o caso da Leopoldina e da Central. No entanto, esta situação nunca foi enfrentada pelas diretorias anteriores, que sabiam que a fusão dos dois sindicatos aumentaria seu quadro social e seu poder de barganha.

CHICO BÉ



CANTEM COMIGO: Em cima da melodia "Minha pipa tá no ar". "Está com medo, seu patrão/Agora é hora do peão/ Ou me dá 83 ou eu não vou mais trabalhar/Rá! Rá! Rá!/eu não vou mais trabalhar..." é de lasciar! Já imaginaram isso af cantado por 20 mil operários, numa assembleia? Pois foi exatamente o que ouviram todos aqueles que compareceram à Assembleia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos, no último dia 11.

AVISO A PRAÇA que na Spiller Bijouterias, rua Conde Leopoldina, 766, patrão e polícia estão, mais uma vez, se confundindo. É que o irmão do proprietário, um tal de detetive Nilson, anda abusando do poder, levando, inclusive, policiais da 17ª delegacia, armados até os caninos, para intimidar e ameaçar funcionários da Bijouteria. Pó parar, seu detetive. Pó parar por aí!

LEIAM E PASMEM! "Comunicado aos empregados — Considerando que as negociações entre empregadores e empregados metalúrgicos se deslocaram para a Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente; considerando que a adesão à greve é decisão individual de cada empregado, devendo cada um responder por suas ações; a Marvim lembra a seus empregados que a adesão à greve acarretará, entre outras conseqüências, a perda dos incentivos à pontualidade e assiduidade, inclusive o 14º salário. No entanto, demonstrando mais uma vez seu espírito de conciliação e liberdade, a Marvim está disposta a manter os incentivos à pontualidade e assiduidade, para os empregados que retornarem imediatamente ao trabalho, ainda que tenham faltado nos dias 12, 13 e 14 do corrente — Nova Iguaçu,

13 de setembro de 1979 — a Administração". Esse panfletinho calhorda e mal redigido foi distribuído pela empresa Marvim, de Nova Iguaçu, aos seus empregados, em plena greve da categoria. "Conciliação e Liberalidade" é o cacete. Trabalhador quer, e precisa, é de salários dignos e condições de trabalho menos aviltantes. "Conciliação" lá pras suas negas! A administração de uma empresa dá-se ao luxo de fazer circular, em dias de greve, um texto desse, demonstra claramente não ter o menor respeito pelos profissionais que se incumbem de abarrotar os cofres dos seus administradores. E tenho dito!

NA METALÚRGICA, IGUAÇU, vários operários trabalharam na base do sufoco. No último dia 13, o piquete de greve constatou que a fábrica estava funcionando às portas fechadas. Imediatamente a diretoria da Metalúrgica chamou a polícia, um destacamento do 21º Batalhão, para dar cobertura aos "fura-greves" na hora do almoço. Esses coitados informaram aos seus colegas da resistência que estavam trabalhando trancados, pressionados pelos

patrões e pela polícia que, principalmente nessas horas, estão mais unidos do que nunca.

NA USIMECA, o Coronel que chefia a fábrica ordenou, como está acostumado a ordenar, que o piquete se mantivesse afastado 100 metros das três entradas da fábrica. Mesmo assim, o piquete funcionou. Só entraram pra trabalhar os chefetes e vigilantes, porque esses não têm jeito mesmo, já estão perdidos.

PIQUETE POR TELEFONE: "Alô! Eu queria falar com o seu Nelson... Bem, seu Nelson, quem está falando aqui é um companheiro do Sindicato dos Metalúrgicos. Como o senhor sabe, estamos num movimento de greve. Procurei o senhor porque soube que o senhor é um chefe graduado, pessoa esclarecida, que pode colocar o problema aí pro pessoal. Tá tudo bem por aí, seu Nelson? Os serventes estão satisfeitos, ganhando realmente 6.114,00? Ah, é? Então? Então vou me inscrever hoje mesmo aí como servente. Mas o assunto é o seguinte, seu Nelson. Estaremos aí daqui a meia hora num piquete. Queremos explicar o nosso movimento pro pessoal. Não se preocupe, não. Nosso

movimento é pacífico, em defesa de nossas reivindicações. Não, não, não, seu Nelson. Não queremos conversar com nenhum chefe, não. Chefe não nos interessa. Queremos falar é com peão. Nosso papo é com peão, como nós. Já que vocês estão trabalhando aí, a portas fechadas, nós vamos fazer uma visitinha. Daqui a meia hora, pode aguardar". Devemos reconhecer que a tecnologia foi muito útil. Várias fábricas foram fechadas por telefone, vários piquetes foram organizados por telefone. Valeu a pena!

ESSA É DOSE! Na Companhia Brasileira de Feixes, Rua Cachambi, 616, Del Castilho, a coisa está simplesmente (simplesmente?) insuportável. Empresa de porte, abrigando uma média de 2.000 funcionários, dá-se ao luxo de usar e abusar do trabalho de profissionais por mais de três meses, sem asinar as suas Carteiras de Trabalho. No próximo número, prometo apurar todos os fatos diretamente relacionados com problemas de refeitório, assistência social, assistência médica, horas extras não pagas, agressões, desgraças, desgraças, mais desgraças e etc.